

UMA NOVA CONCEPÇÃO SOBRE O ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO PROFISSIONAL

ANA CAROLINA VERAS DO NASCIMENTO

Universidade Federal do Ceará. E-mail: karolzinha033@yahoo.com.br

MARIA CAROLINA FEITOZA DOS SANTOS

Universidade Federal do Ceará. E-mail: carolinafeitoza@live.com

Introdução

Neste estudo, interessa-nos tratar do ensino técnico profissionalizante, implementado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva através do Decreto nº 5.154/04¹ e da Lei 11.741/08, que prevê alternativas de articulação do ensino médio com o ensino profissionalizante.

As primeiras ideias a respeito desse projeto considerado “inovador” foram discutidas principalmente no ano de 2004 na reunião internacional “Aprender para o Trabalho, a Cidadania e a Sustentabilidade” ocorrida na Alemanha, em 2004. Dessa reunião foi publicada a Declaração de Bonn, documento que vem afirmar a necessidade da educação propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades para o ensino técnico, além de reafirma a necessidade da manutenção dos “*quatro pilares essenciais para a educação do século XXI*” (p. 8), elaborados na Conferência Internacional de Educação denominada “Todos pela Educação de Qualidade para Todos”² (CASTRO e REGATTIERI, 2010).

No conteúdo presente nesses documentos elaborados tanto pelo Ministério da Educação (MEC) como também pelo Conselho

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm

² Conferência de marco inicial da atuação do Banco Mundial no campo da Educação, principalmente no sentido de desenvolver ações para aliviar a pobreza, através de empréstimos aos países periféricos, e de acordos de “pacotes” de contra reforma no âmbito educacional. (MACHADO, 2010).

Nacional de Educação (CNE) há perfeita harmonia com as ideias educacionais elaboradas pelos Organismos Internacionais do Capital³. Nesses documentos, observamos como as principais justificativas para a implementação: a) na ineficiência do sistema de ensino médio geral, que não prepara o jovem nem para o ingresso no ensino superior, nem para atuarem no mundo do trabalho⁴; b) no grande percentual de jovens desempregados que, sem qualificação, são inseridos do mercado de trabalho, geralmente de forma precária e no emprego informal⁵; e c) a necessidade de construção de um projeto de superação da dualidade entre a formação específica e a formação geral, que valorize a pessoa humana e tenha como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia⁶.

No Estado do Ceará a proposta implementada seguiu as orientações da Lei 11.741/08 e as Resoluções do Conselho de Educação do Ceará de Nº 389/04, 413/06 e 434/11 que Regulamentam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Sistema de Ensino do Estado do Ceará.

Segundo a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SE-DUC), a iniciativa do ensino médio integral visa não somente a formação de técnicos para atuar no mercado de trabalho, tendo em vista o grande investimento do governo do Estado no desenvolvimento econômico do Ceará através do chamado Projeto Estruturante⁷; mas

³ Organização das Nações Unidas (ONU) através de alguns de seus principais organismos – UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial (MAIA e JIMENEZ, 2004).

⁴ Essa primeira justificativa foi retirada do documento “Reforma da Educação Secundária: rumo à convergência entre a aquisição de conhecimento e o desenvolvimento de habilidade. – Brasília: UNESCO, 2008. 34 p.

⁵ A segunda justificativa foi retirada do documento “Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da integração – 2”. Ed. – Brasília: UNESCO, 2010

⁶ A terceira justificativa está inserida tanto nos documentos anteriormente citados (notas 5 e 6) como também no documento Base do Ministério da Educação “ Educação profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. – Brasília, 2007.

⁷ Segundo a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE) o Projeto Estruturante do Estado do Ceará seguiu as diretrizes nacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que busca um crescimento econômico do Brasil de forma acelerada e sustentada, com um grande investimento em infra estrutura,

também é uma tentativa do governo de melhorar os índices educacionais do Estado, principalmente no ensino médio, que nos últimos anos vem sofrendo um declínio nos índices educacionais.

Por isso, no Ceará, o número desse tipo de instituições vem aumentando, e não apenas na capital, mas por todo o território do estado, visando abranger não somente os jovens que vivem nas demais regiões centrais, mas, principalmente aos arranjos produtivos locais, seja no setor agrícola, como no setor industrial, assim como na própria área do turismo. O governador do estado, Cid Gomes, pleiteia até o ano de 2014 atingir 140 unidades. Nessas escolas os estudantes têm acesso a formação de nível médio e ao ensino profissional de acordo com o curso de sua escolha. (CEARÁ, SEDUC, 2013a).

A diversidade de cursos disponibilizados também vem aumentando desde o ano de 2008, (ano de implantação das primeiras escolas de educação profissional). Naquele período eram ofertados apenas quatro tipos: Informática, Enfermagem, Turismo, Segurança do Trabalho, e ao longo dos anos outros cursos foram implementados, no ano de 2009 observamos a oferta de mais nove: Edificações; Comércio; Finanças; Produção de Moda; Estética; Massoterapia; Meio Ambiente; Aquicultura; Agroindústria; e no ano de 2010 mais cinco cursos: Administração; Secretariado; Contabilidade; Hospedagem e Modelagem do Vestuário. Sendo que atualmente as escolas ofertam um total de 51 cursos técnicos de diferentes eixos da educação profissional. (CEARA SEDUC, 2013b)

A iniciativa cearense recebe recursos advindos do Programa “Brasil Profissionalizado⁸” que *“visa fortalecer as redes estaduais*

considerada por eles como um forte limitante no desenvolvimento do país. Os principais empreendimentos desse Projeto são: *Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), Usina de Itaitaia, Cinturão Digital, Pólo de Saúde do Eusébio e a Transnordestina Ceará.*

⁸ Programa criado no ano de 2007 que visa impulsionar a formação técnica. Segundo o MEC mais de 1,5 bilhões foram destinados a esse programa e até 2014, o programa conveniará recursos em torno de 1,8 bilhões aos estados e municípios que ofertam educação profissional no país.

de educação profissional e tecnológica.” (BRASIL, MEC, 2013, s.p.). Através desse programa o governo federal repassa recursos para os estados investirem nas escolas técnicas. Para ganhar os recursos desse programa os estados devem assinar o compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094/96).

A partir deste breve levantamento dos aportes legais e oficiais que balizam a criação das escolas de educação profissional, o presente trabalho objetiva analisar a estrutura, compreender o funcionamento e a apontar uma possível concepção de uma Escola de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional localizada na cidade de Fortaleza/CE. Para alcançar esse objetivo analisaremos em primeiro lugar o que a legislação brasileira mais recente aponta sobre o ensino médio integrado ao profissional, apontando de forma crítica a sua relação com os organismos multilaterais do capital e o reflexo dessas ideias no Projeto Pedagógico e no Regimento da escola. A metodologia adotada foi a pesquisa de campo, com uso de estudo de caso em uma escola da rede estadual do município de Fortaleza. Para subsidiar a análise do campo, recorreremos ao estudo bibliográfico e à análise documental. As técnicas empregadas na pesquisa foram a observação de campo com anotações em diário e registros fotográficos, bem como um questionário com perguntas abertas destinadas ao diretor da escola e uma entrevista realizada com uma coordenadora, a fim de observarmos as suas reflexões sobre esse projeto educativo.

A Educação na Agenda do Capital

As discussões no âmbito da Educação sobre a dualidade educacional que apresenta, de um lado o ensino propedêutico, de outro o profissional, não são novas, até porque a divisão entre o ensino técnico e o humanístico não é recente. Segundo Fernandes (2011), no período jesuítico já podíamos observar a existência das chamadas “escolas – oficinas” reservadas para homens livres e escravos,

ao mesmo tempo em que existia o ensino de base humanística destinado à formação dos indivíduos para assumirem os cargos de direção e de domínio da sociedade.

Ao longo dos anos e com as modificações do próprio sistema capitalista, através da revolução industrial e tecnológica, podemos observar investidas e retrocessos por parte do Estado e do setor privado na modalidade do ensino profissional. Foi exatamente isso que observamos no Brasil, como exemplos: na passagem do século XIX para o século XX – incentivo ao ensino profissional com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices; na Era Vargas com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Social da Indústria (SESI), como também na criação de escolas técnicas federais nos vários Estados na ditadura militar o ensino preponderante foi o médio profissionalizante (FERNANDES 2011) como aponta Saviani (2008) esteve pautado no “modelo organizacional”.

Entretanto, no contexto da reestruturação do sistema capitalista, com o avanço das políticas neoliberais, a educação básica e, principalmente, o ensino técnico profissionalizante, segundo Nagel (2001), estiveram diretamente subjugado aos interesses do capital estrangeiro, sob as determinações do Banco Mundial, e o Fundo Monetário Internacional – FMI. Essas políticas visavam adequar o sistema educacional ao novo modelo de produção, visando atender aos interesses do mercado, que passou a exigir um novo tipo de trabalhador, assim a prática educativa “[...] se fundamenta na articulação entre política e produção e cujo objetivo é educar o homem capaz de ajustar-se à produção racionalizada constituindo-se em uma das formas pelas quais a classe burguesa busca concretizar o seu projeto hegemônico (KUENZER, 2002 p.60)

Os pressupostos que vêm orientando as políticas do Banco Mundial são embasadas numa nova roupagem da Teoria do Capital Humano, formulada inicialmente por Theodore Schultz na década de 1970 e que hoje apresenta-se inserida nas denominadas

Pedagogia das Competências e Pedagogia do Aprender a Aprender. Segundo Maia e Jimenez (2004), o modelo de competência adota o dinamismo “necessário a fazer frente a esse mundo em mudança, onde, conseqüentemente, o processo educacional passa a ser contínuo e flexível não mais estático e rígido.” (p.113).

Dentro desse novo contexto, dos quatro propagandeados pilares da educação que são: “Aprender a ser”, “aprender a conviver”, “aprender a conhecer” e “aprender a fazer” surge a ideia do quinto pilar o “aprender a empreender”. Esse novo pilar surge como forma de fazer dos indivíduos novos empreendedores, caracterizados como “*pró-ativos, inovadores, inventivos, flexíveis, com senso de oportunidade, com notável capacidade de provocar mudanças, etc.*” (COSTA, 2009, p.181). Os adjetivos propostos como determinante na formação do novo trabalhador, vêm sendo muito bem aceitos pela sociedade e a justificativa para tal acessibilidade é apontada por Acúrcio e Andrade (2005) como podemos observar na citação abaixo:

[...] nos atual momento histórico a organização social é marcada por problemas como o desemprego, a má distribuição de renda, a desigualdade de oportunidades e a violência, investir no empreendedorismo parece ser a melhor solução. Mais que um programa social, isso significa uma visão de mundo e de vida, um compromisso político de todo cidadão com a nação e o planeta (p.12)

Desse modo, retomamos ao debate da profissionalização do ensino, que vem se ampliando cada vez mais, pois a nova legislação permite aos jovens, na grande maioria filhos de trabalhadores, “poderem” cursar o ensino médio concomitante ao técnico, posterior a ele ou ainda de forma integrada, dentre essas a visão de ensino integrado é a mais aceita, principalmente em virtude do “inovador” projeto de ensino médio integrado ao profissional. Diferente dos demais debates sobre a profissionalização, acrescentamos que essa nova proposta além de está fundamentada nos princípios do

“aprender a aprender”, apresenta-se com uma viés empreendedora, que tem por base as ideias fundamentadas no Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), fruto de uma experiência realizada no Estado de Pernambuco, que se baseia na Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO)⁹.

Segundo Santos a crítica que deve ser lançada a esse projeto diz respeito a visão empreendedora de formação da classe trabalhadora, que em nada visa a formação integral do ser humano, como aponta os documento que justificam a implementação desse modelo. Na realidade amplia a dualidade entre escola propedêutica e profissional e reafirma a visão da educação mercadológica:

Por meio da TESE/TEO, a escola é tratada nos moldes de uma empresa, na qual a clientela é representada pela comunidade; os gestores são os líderes nos moldes dos empresários; os chamados investidores sociais, são na verdade, os parceiros empresariais (p.8).

Do Plano a Ação

Após contextualizarmos, mesmo que de forma breve, a implementação desse projeto de ensino médio integrado à educação profissional no Estado do Ceara, adentraremos uma análise específica de uma dessas escolas situada no município de Fortaleza, a fim de relacionarmos o que está no planejamento escolar (documento TESE) que se inspira num plano ideológico, ao concreto, ou seja, ao que de fato experimentam essas escolas profissionalizantes.

Ressaltaremos de antemão que a presente escola pública estadual se caracteriza por ser uma instituição bastante antiga de formação regular de uma parcela de estudantes da cidade de Fortaleza, porém, de acordo com os gestores, os péssimos índices edu-

⁹ “A Tecnologia Empresarial Odebrecht provê os fundamentos éticos, morais e conceituais para a condução dos negócios e a atuação de todos os integrantes da empresa Odebrecht Engenharia e Construção S.A.”.

acionais e o grande índice de evasão impulsionaram há dois anos a readaptação a esse modelo de educação integral para atender a formação de jovens técnicos.

No que diz respeito às condições físicas das instalações escolares do ponto de vista arquitetônico, consideramos que a escola possui um amplo espaço, bastante arborizado, com a presença de duas quadras de esportes e pequenas praças, o que permite a socialização dos estudantes durante os intervalos das aulas; porém a distribuição geográfica não é muito satisfatória. Acrescentaremos também a dificuldade de acesso, principalmente aos indivíduos com deficiência, a ausência e as péssimas condições irregulares de rampas estão bem presentes na escola.

O quadro pessoal da escola, no ano de 2013, para atender um total de 420 estudantes, assim estava composto: 36 professores, além de 10 funcionários¹⁰. O horário de funcionamento equivale, por ser uma instituição de tempo integral é diferente das demais escolas, sendo a entrada às 07h10min e saída às 16h40min, e tendo durante todos os dias letivos nove aulas, cinco pela manhã e quatro à tarde. Consideramos importante o registro de que são oferecidas três refeições diárias para a comunidade escolar¹¹.

O critério básico para ingressar nessas instituições é ter finalizado o ensino fundamental, além disso, existe um processo se-

¹⁰ Nem todos os professores, tampouco o total de funcionários são concursados, parte desse coletivo é composto por trabalhadores de contrato temporário, ou seja, submetidos a um estado de maior precarização do trabalho. O Instituto CENTEC facilita a contratação desses trabalhadores para o Projeto Ensino Médio Integrado do Estado do Ceará, sendo que os profissionais das disciplinas técnicas necessitam realizar um curso de preparação.

¹¹ Diferente das demais escolas não é observado a presença dos funcionários “merendeiros”, de vínculo direto com o Estado, que são aqueles responsáveis por fazer a merenda escolar. Nessas escolas existe a contratação de uma empresa através de um processo licitatório que fica responsável pela alimentação dos estudantes, assim, observamos que esses funcionários não possuem vínculo com o Estado, mas um contrato com a empresa, mostrando ainda mais as relações de precarização existentes no interior dessas escolas.

letivo, onde são considerados para classificação dos alunos alguns critérios como: a) análise do histórico escolar b) proximidade com a residência e; c) Entrevista. Entretanto, a grande maioria dos estudantes reside em bairros distantes da escola, o que faz com que o critério de proximidade seja praticamente excluído. O diferencial na seleção são as notas adquiridas ao longo do ensino fundamental e a entrevista que procura o perfil daqueles que mais se enquadram a esse tipo de projeto, mostrando que a escolha recai sobre a velha meritocracia.

Na leitura do Projeto Político Pedagógico e do Regimento, documentos embaixadores das ações dos profissionais da educação, reconhecemos que a filosofia da escola se pauta na necessidade de uma “formação de novo tipo” (KUENZER, 1999), indivíduos mais dotados de “um **saber crítico** e responsável dentro da sociedade, [...] comportamento **proativo**, no respeito aos valores humanos e em um clima escolar favorável ao crescimento pessoal e coletivo dos alunos [...] (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, p.3). Continuando a leitura do documento um ponto é levantado como fundamental nessa proposta integral de educação profissional que se trata da presença da visão empreendedora, embasada pelo documento “TESE Tecnologia Empresarial Sócio Educacional”, material marcadamente voltado para o mercado, que apresenta a escola como uma empresa “que deve gerar resultados – satisfação da comunidade pelo desempenho dos educando. Todos estão a serviço da comunidade e dos investidores sociais [...].”(TESE, p.8).

Através das falas dos gestores dessa escola, pensamos que não poderiam ser diferente, um discurso coerente com a TESE bem como a disseminação da ideologia da empregabilidade, da qualificação profissional, apontando a escola como a ponte para o sonho do futuro emprego:

O Brasil tem necessitado nos últimos anos de profissionais especializados [...]. Neste contexto, a educação profissional se

insere como elemento definidor de posturas e políticas públicas que procura qualificar sua juventude desde os primeiros anos de sua vida acadêmica. No caso específico do Ceará, a política da educação profissional se notabilizou a partir de sua implantação em 2008 e tem buscado sua consolidação com a ampliação do acesso e o aumento do número de escolas e cursos. (Fala do Diretor da escola).

Para a coordenadora pesquisada, essa proposta é incrivelmente inovadora, inclusive sentem-se orgulhosos por estarem coordenando essa escola, argumentam que a proposta de profissionalização é caracterizada por um currículo integral, que além de formar para o trabalho preza a formação humanística, assim tenta acabar com a dualidade do ensino:

Eu já trabalhei em uma escola regular e é bem diferente, aqui nos temos disciplinas como projeto de vida, disciplina de formação cidadã, a TPV, que trabalha o empreendedorismo. Prezamos a formação do aluno como um todo, tanto nas disciplinas da base comum, como da técnica como também nas diversificadas. (Fala da Coordenadora).

Para além do discurso apologético, é preciso compreender, à luz da crítica, que essa proposta educacional, além de mascarar uma viés de formação integral do indivíduo, justificada por um currículo considerado “integral” por unir formação geral e específica, apresenta-se como solução da classe trabalhadora para ter melhores condições de ingressar no mercado de trabalho, procurando adestrar o trabalhador ao caráter imediato da produção do mundo do emprego ou desemprego.

Segundo Saviani (2007) a escola de formação integral tem o objetivo de “propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adiestramento em técnicas produtivas” (p.161). Para esse autor, a partir dos escritos de Marx, aponta que a formação integral deve valorizar: a educação intelectual, educação corporal e a educação tecnológi-

ca, capaz de acabar com o embrutecimento dado aos trabalhadores durante a longa jornada de alienação produzida pela especialização do trabalho sem o conhecimento do todo, evidenciando a formação humana e não para o mercado.

No que diz respeito a própria formação geral transmitida na escola, percebemos uma grande defasagem através da diminuição da carga horária de disciplinas como Língua Portuguesa e Matemática ao longo do ensino médio, consideradas essenciais na formação do indivíduo como também possuidora de grande peso no próprio vestibular. Assim, o estudante chega ao terceiro ano com uma carga horária de duas aulas por semana de cada uma das disciplinas, fato bem diferente do que ocorre nas demais escolas regulares, onde existe uma carga horária de até seis aulas por semana. Esse fato, acaba esclarecendo o objetivo de formar profissionais de nível médio para atuarem no mercado de trabalho, visto que o desnível de formação propedêutica entre estes estudantes e seus “concorrentes” das escolas regulares, principalmente as particulares é desleal na disputa pela vaga na universidade pública. Muitas vezes, para àqueles que sonham em ingressar no ensino superior acabam encontrando como única solução o ingresso no ensino superior privado muitas vezes através dos programas de auxílio a mercantilização (Programa Universidade para Todos – ProUNI e Financiamento Estudantil – Fies).

Acrescentamos que, apesar da grande aceitação do ensino médio integrado ao profissional, no ano de 2012 observamos que na escola existiu um percentual relativamente alto de estudantes desistentes. De um total de 420 estudantes, 18 foram reprovados, sendo reprovados não poderão permanecer na escola, portanto, deverão procurar outra escola para terminarem o ensino médio; 28 transferidos e 4 abandonos. A partir dos dados, indagamos: Quais são os fatores que estão levando os estudantes a desistirem? Será que é apenas a dificuldade de se adequarem a essa proposta de ensino, como argumentam os gestores? Ou será que fatores sociais ou

necessidade de uma maior formação propedêutica para ingressarem no ensino superior?

À guisa de concluir provisoriamente nossas análises, compreendemos que a dinâmica da escola de Ensino Médio Integrado ao Profissional, visa claramente a formação de um “novo tipo de trabalhador”, pautado principalmente no quinto pilar da educação “saber empreender”, no qual os jovens são formados de modo a ingressarem no mundo do trabalho como sujeitos proativos e empreendedores. Dessa forma, a educação voltada para o ingresso no ensino superior fica secundarizada nessa escola.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências Brasília, 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm > Acesso em: 10.10.2012.

_____. Ministério da Educação. *Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio*. Documento Base. Brasília, 2007

_____. Ministério da Educação. *Brasil Profissionalizado*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663 Acesso em: 06/07/2013

CEARA, SEDUC. *Coordenadoria de Educação Profissional*
RELAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Disponível em: http://www.seduc.ce.gov.br/images/EEEP/relacao_escolas_estaduais_educacao_profissional_2013.pdf Acesso em: 06/07/2013a.

REGATTIERI, Marilza & CASTRO Jane Margareth (Orgs.). *Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da Integração*. – 2. ed – Brasília: UNESCO, 2010

- SAVIANI, Dermeval. *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Revista Brasileira de Educação, v.12, p. 152-165, 2007.
- INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). *Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (Tese): uma nova escola para a Juventude Brasileira (escolas de ensino médio em tempo integral)*. PDF.
- COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. *Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo*. Revista Educação & Realidade. p.171-186, 2009.
- MAIA, Osterne & JIMENEZ, Susana Vasconcelos. A chave do saber: um exame crítico do novo paradigma educacional concebido pela ONU. IN: JIMENEZ, Susana Vasconcelos & RABELO, Jackline. (Orgs.). *Trabalho, Educação e Luta de Classes: A pesquisa em defesa da história*. Fortaleza: Editora Brasil Tropical, 2004, p.105-124.